

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

No processo, a entidade pede indenização pelos prejuízos causados a milhares de acionistas

CHANDAN KHANNA



Latam alcança bom desempenho nas vendas de fevereiro

Santiago, Miami e Lisboa são os destinos internacionais da Latam mais procurados pelos brasileiros que desejam fugir do Carnaval de 2023. É o que aponta um levantamento da companhia aérea baseado na análise de seus canais de vendas. Ao todo, a Latam programou quase 400 voos em fevereiro entre o Brasil e essas três cidades. Com isso, serão transportados cerca de 100 mil passageiros — foram 60 mil em fevereiro de 2022. O desempenho é o retrato da plena recuperação do setor.

Na CVC, reservas confirmadas começam o ano em alta

Se ainda não está eufórica, o setor de turismo tem bons motivos para ficar otimista. A CVC, maior grupo de viagens da América Latina, informou, em sua prévia operacional não auditada, que as reservas confirmadas no quarto trimestre de 2022 cresceram 14% em relação ao mesmo período de 2021, totalizando R\$ 3,46 bilhões. Os negócios permanecem em ascensão. Em janeiro de 2023, as reservas confirmadas somaram R\$ 1,35 bilhão, o que representou um acréscimo de 90% diante de um ano atrás.

Associação de defesa dos investidores abre ação contra PwC

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



O rombo bilionário no balanço da Americanas provocará uma das maiores disputas jurídicas da história do mundo corporativo brasileiro. Na semana passada, o Instituto Brasileiro de Ativismo Societário e Governança (Ibrasg) abriu ação civil pública contra a PwC, a auditoria que aprovou as contas da empresa. No processo, a entidade pede indenização pelos prejuízos causados a milhares de acionistas. Criado em 2018, o Ibrasg se dedica à defesa dos direitos dos investidores do mercado de capitais. Os tribunais certamente ficarão movimentados nos próximos meses. Também há alguns dias, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pediu que a Justiça investigue a responsabilidade de Americanas, PwC e B3 na fraude contábil que supera os US\$ 40 bilhões. Por que a B3 entrou na história? Segundo a acusação, a bolsa de valores de São Paulo teria sido conivente com a Americanas. A companhia era listada no Novo Mercado, que deveria incluir apenas empresas com elevados níveis de governança.

Indústria automotiva tem data para total recuperação: só em 2025

Desde o início da pandemia, a indústria automotiva discute quando deverá retomar os níveis de vendas observados antes da crise. A resposta é dura: apenas em 2025. A projeção foi feita pelas consultorias Roland Berger e Lazard, que cruzaram os dados de produção globais, ritmo de demanda, gargalos de logística e indicadores econômicos de diversos países. O aumento dos custos com matérias-primas e de energia e a consequente pressão inflacionária também afetam a recuperação do setor.

501%

foi quanto aumentou a produção nacional de soja nos últimos 30 anos, de acordo com a Embrapa. No período, o grão se consolidou como o principal ativo agrícola brasileiro



Até que ponto as últimas décadas, caracterizadas por inflação estável e que não tiveram nada parecido com a epidemia de covid-19 ou a invasão da Ucrânia, são parâmetros confiáveis para o futuro? Há boas razões para duvidar"

Olivier Blanchard, ex-economista-chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI). Ele acredita que o mundo viverá uma nova era de pressão inflacionária

RAPIDINHAS

Mais brasileiros estão buscando espaços de coworking. A Woba, maior ecossistema de soluções de trabalho da América Latina, viu o número de bookings (check in, como registro na rede hoteleira) em Belo Horizonte crescer 378% em 2022 em comparação com 2021. A capital mineira representa 8% dos usuários da plataforma.

A startup brasileira PucMed, especializada na produção de cannabis medicinal, quer ser a primeira empresa do setor a abrir o capital na bolsa de São Paulo. Suas metas são ambiciosas. Segundo os sócios, o objetivo também é ser o primeiro unicórnio — como são chamadas as companhias avaliadas em pelo menos US\$ 1 bilhão — da América Latina.

As vendas de microempresas brasileiras cresceram 33% em dezembro de 2022 na comparação com novembro, segundo o Índice SumUp do Microempreendedor — foi a terceira alta consecutiva do indicador. Contudo, o desempenho está 16% abaixo do número observado em dezembro de 2021. A SumUp é uma plataforma especializada em serviços financeiros.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) estuda ampliar o período de funcionamento da bolsa em uma ou duas horas. Segundo João Pedro Nascimento, presidente do órgão regulador, a medida incluiria mais investidores do varejo. O executivo diz que, ao chegar do trabalho, eles teriam tempo para operar.

URÂNIO

Monopólio estatal em xeque

Lei que permite a participação da iniciativa privada na exploração de minérios nucleares gera debate no novo governo

» MICHELLE PORTELA

Entre seus últimos atos no governo, o então presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou a Lei nº 14.514, em 29 de dezembro de 2022, que dispõe sobre as atividades das Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB), para permitir a parceria com a iniciativa privada na pesquisa e na exploração de minerais nucleares. O mercado defende a medida, que impulsionaria a busca por autossuficiência energética nacional, mas o tema foi motivo de alerta do relatório final do grupo de Minas e Energia na transição governamental.

A lei tem origem na Medida Provisória nº 1.133/2022, que entrou em vigor em agosto, e, na prática, amplia a possibilidade de parcerias com empresas privadas nas atividades desenvolvidas pela INB, que é a empresa pública responsável por executar as atividades do monopólio do Ciclo do Combustível Nuclear da União em toda a cadeia produtiva do urânio, em conformidade com a Constituição Federal.

A medida foi defendida pelo relator da matéria à época da aprovação, que destacou o objetivo de incentivar a atração de investimentos privados e dar mais segurança jurídica ao desenvolvimento dessas atividades.

“O domínio da tecnologia nuclear e o desenvolvimento desse setor são fundamentais para a soberania e a independência política de um país, em vários aspectos, tais como as possibilidades que oferecem para finalidades armamentistas e de defesa, energéticas, ambientais ou na área da saúde, com grande

potencial para contribuir para o desenvolvimento econômico e social”, disse o relator, senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO).

O texto também permite que a INB comercialize serviços e produtos com entidades nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, e tenha participação em estudos de viabilidade técnica e econômica para a definição da forma de aproveitamento dos recursos minerais nucleares.

A ideia é que a exploração de minérios nucleares seja acelerada no Brasil. Atualmente, a principal exploração ocorre na Mina do Engenho, na Unidade de Concentração de Urânio da INB em Caetité, na Bahia, com produção prevista de 260 toneladas por ano de urânio. O Brasil possui reservas de 244,8 mil toneladas do minério, das quais 99 mil encontram-se na Província Uranífera de Lagoa Real, também em Caetité, e outros 79,6 mil em Santa Quitéria, no Ceará.

Toda a fabricação do combustível da INB abastece as usinas nucleares para geração de energia elétrica. A cadeia produtiva do minério de urânio é chamada “ciclo do combustível nuclear” — que inclui a mineração, o beneficiamento, o enriquecimento isotópico de urânio, a fabricação de pó, pastilhas e componentes metálicos, assim como a montagem dos elementos combustíveis que suprem as usinas nucleares brasileiras. De acordo com a empresa, apesar de o Brasil dominar todo o ciclo, parte dos serviços é realizada no exterior.

Na Fábrica de Combustível Nuclear (FCN) da INB, em Resende (RJ), são desenvolvidas as etapas de enriquecimento isotópico

INB/divulgação



A Mina do Engenho, em Caetité (BA), é a maior produtora de minério de urânio do Brasil

de urânio, reconversão, produção de pastilhas e montagem do combustível. Em relação à capacidade de enriquecimento isotópico do urânio, processo mais oneroso e tecnológico de todo o ciclo, a INB tem a capacidade de atender a 70% das necessidades de Angra 1. A previsão é de que, até 2033, a INB seja capaz de atender, com produção totalmente nacional, as necessidades de combustíveis das usinas nucleares de Angra 1 e 2 e, até 2037, a demanda de Angra 3.

A nova legislação foi recebida

como fundamental para a conquista da autossuficiência energética por representantes do setor. “Extremamente benéfica para o setor, a nova legislação vai permitir a busca da autossuficiência de combustível nuclear”, explica Celso Cunha, presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento de Atividades Nucleares (ABDAN).

Além disso, há outro aspecto a considerar. “No sistema elétrico de um país rico em energia renovável, o papel da nuclear não é apenas gerar energia, mas

garantir a segurança do sistema. O papel é complementar para que se possa aproveitar todas as vantagens das energias renováveis, sem correr risco de desabastecimento devido aos ciclos da natureza”, destaca Leonam Guimarães, do Grupo Permanente de Assessoria em Energia Nuclear da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

O Plano Decenal de Expansão de Energia, colocado para consulta pública no início do ano passado, já mostrava o interesse do governo em expandir a geração

de energia nuclear. O objetivo é elevar os níveis de energia gerada por esse modelo de 8 para 10 gigawatts nas próximas três décadas, considerando o volume produzido por Angra 1 e 2, adicionando Angra 3, que teve a construção retomada em novembro deste ano e está prevista para entrar em operação até o fim de 2028. Elas são geridas pela Eletro nuclear, um braço da Eletrobras, que possui 35,90% do capital votante da empresa nacional de energia nuclear.

Os investimentos, públicos ou privados, talvez possam colocar o Brasil entre os maiores produtores de urânio, uma vez que o país possui uma das maiores reservas do mundo, além da segunda maior capacidade de produção de urânio do mundo, atrás apenas do Cazaquistão, sendo um dos países proeminentes em tecnologia para a produção de submarinos nucleares.

Transição

O tema foi motivo de destaque no relatório final do grupo de energia da transição. A medida foi classificada como de “média criticidade” porque a “flexibilização do monopólio de minérios” traz impactos, como possibilitar a participação majoritária de empresas privadas na mineração.

Porém, essa não é a única citação sobre energia nuclear. O grupo pediu ao novo governo para impedir a desestatização da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep), para proteger a Amazônia Azul e garantir a soberania brasileira do mar. Procurado, o Ministério de Minas e Energia (MME) não respondeu até o fechamento desta edição.